

XXIX CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS

29 setembro a 04 de outubro de 2013, Santiago do Chile

Grupo de Trabalho: GT 25 - Educação e desigualdade social

**Título do Trabalho: Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; uma contribuição recente ao desenvolvimento brasileiro**

Carlos Roberto Winckler: Sociólogo da Fundação de Economia e Estatística (FEE),  
Professor da Universidade de Caxias do Sul (UCS)

Salvatore Santagada: Sociólogo da Fundação de Economia e Estatística (FEE)

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; uma contribuição recente ao desenvolvimento brasileiro

Carlos Roberto Winckler \*\*  
Salvatore Santagada \*\*\*

Sociólogo da FEE, Professor da UCS  
Sociólogo da FEE

### **Resumo**

Este texto tem como objetivo analisar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que trazem como inflexão importante a busca de um novo patamar da educação profissional. Comenta-se o contexto sócio-histórico de sua criação e seu propósito em contribuir para um modelo de crescimento econômico em transição para um modelo de viés desenvolvimentista.

**Palavras-chave:** educação profissional e tecnológica federal, desenvolvimento e capitalismo

### **1 Introdução**

A educação profissional e tecnológica encontra-se em fase de expansão com a reorganização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Profissional através da criação dos Institutos Federais que se deu com a Lei nº 11.892/2008. Os Institutos Federais estão articulados com um conjunto de políticas para a educação profissional que envolve desde a expansão de expansão da rede, cooperação com estados e municípios, qualificação dos professores e integração com o ensino médio entre outras medidas. A

---

\*\* E-mail: winckler@fee.tche.br

\*\*\* E-mail: salvatore@fee.tche.br

expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica rompeu na última década, o seu patamar histórico. Entre 1909 e 2003 o número de escolas técnicas existentes chegava a 140 unidades e o número de municípios atendidos era de 118 comunidades. Em 2011, as unidades novas chegam a 214, ou seja, 354 unidades implantadas em 322 cidades (Brasil, 2010). A lei criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) e hoje o número de campi é de 450.

O presente artigo abordará a educação profissional e tecnológica de nível médio e superior da rede federal, tendo como escopo verificar as mudanças em curso quanto à oferta de vagas, à qualidade do ensino, e se, no quadro das propostas e políticas governamentais, em particular do Governo Federal, a educação profissional e tecnológica apresenta características diferenciadas em relação a práticas educacionais recentes e qual a interface dessas mudanças com as formas de manifestação do capitalismo brasileiro contemporâneo.

A educação profissional e tecnológica tornou-se uma preocupação governamental, de setores empresariais e de trabalhadores nos últimos anos, devido à retomada do desenvolvimento endógeno. Setores empresariais, órgãos e institutos vinculados à qualificação do trabalhador e à mídia apontam “um apagão da mão de obra” e sua baixa qualificação. As carências são visíveis em áreas de engenharia ligadas à infra-estrutura, na indústria da construção civil e naval, na área tecnológica de prospecção de petróleo, na agricultura empresarial, entre outras.

## **2 A educação profissional técnica de nível médio e de nível superior: dos anos 30 aos anos 80**

A formação de quadros médios e superiores técnicos assumiram historicamente importância a partir dos anos trinta, quando se dá no Brasil a transição de uma sociedade de base agrária para uma sociedade urbano-industrial, com forte apoio estatal, superando a fase mais correcional e de controle das escolas de artífices e aprendizes. Entre 1930 e 1945 cresceu a demanda por operários qualificados e quadros técnicos, dada a implantação do capitalismo industrial nacional. A Constituição de 1937 estabeleceu a obrigatoriedade da organização de escolas profissionais pelas empresas e sindicatos. Em 1942, criou-se o

Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI)<sup>1</sup> e foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Industrial, que organiza o ensino industrial, não mais exclusivo de empresas e sindicatos, além de equipará-lo ao ensino médio propedêutico. A Lei de Diretrizes e Bases, de 1961, incorporou medidas já em curso nos anos anteriores.

A partir de meados dos anos 50, inicia-se a internacionalização da economia brasileira, com forte presença do papel do Estado no processo de modernização, particularmente nas áreas de infra-estrutura e energia. O Plano de Metas do governo Kubitschek (1956-1961) evidencia a passagem definitiva do País à condição de país industrializado e urbano. Data desse período, a expansão da educação profissionalizante, com o surgimento de ginásios industriais, de centros de educação técnica e de programas de preparação de mão de obra industrial. Os investimentos priorizam a formação de técnicos, tendo em vistas as metas de desenvolvimento. Em 1959, as instituições federais de ensino profissional passam à condição de autarquias com autonomia de gestão e da didática. Nesse período, tendem a se acentuar as tendências tecnicistas de educação.

A ditadura civil-militar de 1964 aborta a possibilidade de uma versão democrática de desenvolvimentismo, aprofunda a de modernização conservadora. No período do chamado “Milagre Econômico” (1968-1974) houve a tentativa malograda de se impor um modelo de ensino de segundo grau com formação obrigatória profissionalizante (Lei nº 5.692 de 1971). A possível demanda de técnicos de nível médio, no bojo da criação do I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (PNDE) em 1971, que, ao propugnar investimentos em transportes, petroquímica e comunicações, exigiria cursos técnicos correlatos.

O II PNDE, pensado para período 1975-1979, em um cenário de crise econômica, procurou superar os limites do modelo implantado pós 64. Em que pese o II Plano buscar uma configuração articulada de um “modelo de desenvolvimento de capitalismo industrial” passaram a pesar os custos das importações, a conta petróleo, a dívida externa, as restrições do mercado interno. Todavia o grau de desenvolvimento já atingido exigia, em algum grau, a rearticulação da formação profissional. Em 1978, três escolas técnicas federais foram

---

<sup>1</sup> Esta organização foi o ponto inicial que nos anos subsequentes veio a ser chamado Sistema S (Senac, Senai, Sesc, Sesi e Sebrae), financiado por contribuição legal das empresas e que tem como objetivo a capacitação profissional de jovens e o aperfeiçoamento de trabalhadores.

transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), modelo estendido em anos posteriores a outras unidades. A novidade é que se procura articular ensino de graduação, pós-graduação e ensino médio vinculados ao mundo do trabalho, além de se promover cursos de atualização profissional na área industrial e estimular pesquisas na área técnico-industrial.

A modernização da sociedade brasileira, entre os anos 30 e 80, deu-se dentro de um modelo capitalista de parâmetros taylorista/fordista, com as devidas limitações de se desenvolver na periferia capitalista.

Como princípio educativo do taylorista/fordista, tem-se a rigorosa separação entre atividades intelectuais-dirigentes e as operacionais, processos formativos pedagógicos fragmentados, com conseqüências práticas na organização dos sistemas de ensino, que tendem a separar ensino propedêutico e profissional, apesar de se admitir legalmente a equivalência de diferentes tipos de ensino médio. Essa fragmentação, em última instância, responde às formas necessárias, em certa quadra histórica, do disciplinamento do mundo do trabalho. Ressalve-se que apenas uma parcela da classe trabalhadora se encontra em escolas profissionais; nas escolas, sejam elas públicas ou privadas de caráter propedêutico, o fordismo como cultura disseminada penetra como princípio educativo-formativo.

A década de 80 no Brasil deve ser compreendida como um momento de transformação de um certo padrão de desenvolvimento na periferia capitalista marcado pela crise financeira, pelas políticas públicas erráticas, de disputas acirradas por recursos cada vez mais escassos e marcada, principalmente, pelo processo de democratização que se traduz pela presença das classes populares alijadas no período ditatorial. O Estado tende a assumir novas funções, devido à transnacionalização financeira e produtiva, pendendo seu eixo mais para políticas de ajuste monetário. Nesse contexto, surge o discurso e a prática neoliberal, procurando realizar a transição para novos modos de regulação capitalista, que dizem respeito à redefinição das relações capital/privatizações e à formação de blocos econômicos. Ainda que o êxito das políticas neoliberais tenha sido parcial, as mudanças financeiras, tecnológicas e institucionais impuseram a revisão da inserção do Brasil no cenário internacional. A transição deu-se, portanto, em dois planos: o político, que transparece na Constituição Federal de 1988, que marca a institucionalização do processo de democratização com forte presença popular, e na gestão da crise de um modelo

econômico. A partir de 1989, as elites empresariais brasileiras reconhecendo definitivamente o esgotamento do desenvolvimentismo decidem – passado intenso debate intramuros – pelo chamado Consenso de Washington, que defendia as reformas patrimonial e fiscal do Estado, a renegociação da dívida externa, a abertura comercial, livre negociação salarial, flexibilização do mercado de trabalho, em última instância o primado do mercado sob novas formas de gestão estatal. No plano produtivo, essa etapa incorporaria novas bases tecnológicas com ênfase na informática, além de renovação dos processos de gestão, incorporadas no toyotismo, que introduz a mecanização flexível e a multifuncionalização da mão de obra.

O modelo educacional, que foi se constituindo entre os anos 30 e primeira metade dos anos 70, revelou-se compatível à implantação do padrão tecnológico do “fordismo periférico” e ao mito da igualdade de oportunidades particularmente nos anos do “Milagre Econômico”, apesar de suas carências, evidentes na abrangência do ensino fundamental, do ensino médio e do ensino profissional. Melhorou a qualificação média geral exigida pelo desenvolvimento e nesse processo foi decisiva a participação de estados e municípios principalmente no ensino fundamental. Em 1945, a população era de 41 milhões, atingindo em 1970, 93 milhões de habitantes. Neste período, a população dobrou. Em 1945, a matrícula inicial no ensino fundamental foi de 3,3 milhões, e em 1970, no entanto, já havia se elevado a 15,9 milhões, apesar da repetência e evasão escolar. Em que pese da crise nos anos 80 e o ano 2000, ocorreu a quase universalização do ensino fundamental, passando essas matrículas de 22,6 milhões para 35,7 milhões em 2000. O ensino médio saltou de três milhões de matrículas para 8,2 milhões. Por sua vez, o crescimento populacional não foi na mesma proporção, chegando, em 1980, a 119 milhões e atingindo 169,7 milhões no ano 2000. A variação percentual da população, nesse período, foi de 43%, enquanto no ensino fundamental foi de 58% e no ensino médio de 193% (Paiva, 2005, p. 229-230).

### **3 Ensino médio e a educação profissional nos anos de reestruturação: os anos 90**

Os processos de reestruturação do Estado e da economia, na década 90, têm como agenda um modelo de desenvolvimento sob inspiração do FMI e do Banco Mundial. A formulação das políticas educacionais incorpora a idéia de que a revolução tecnológica, a reestruturação produtiva e as novas exigências colocadas pela flexibilização do mercado do

trabalho exigem a incorporação de habilidades e competências para além da formação adequadas ao modelo taylorista/fordista. As demandas de qualificação, em tese, referem-se à emergência de um trabalhador com maior responsabilidade, autonomia, flexibilidade – portador de capacidade de adequação de produção e consumo flexíveis, em um contexto produtivo que reunifica saber e fazer, além de valorizar sua condição subjetiva, singularizada, múltipla – mas sob a égide do processo de acumulação/mercantilização. Tem-se como pressuposto a importância dos conteúdos gerais, a educação permanente em busca da qualidade, a polivalência como ampliação das capacidades laborativas e a idéia de que seria mais relevante no processo pedagógico o “aprender a aprender” do que simplesmente receber conteúdos. Nessa perspectiva valoriza-se a educação básica (fundamental e média).

Nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso as políticas voltaram-se à melhoria do ensino fundamental e médio, cuja responsabilidade cabe prioritariamente aos municípios e aos estados, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, e a Constituição Federal de 1988. Ao Governo Federal cabe estabelecer diretrizes gerais em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e estados, com apoio da sociedade. Visando a universalização do ensino fundamental o Governo Federal instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF, 1996), importante instrumento de redistribuição de recursos entre estados e municípios (Winckler, Santagada, 2004, p.40). As políticas de melhoria fizeram-se acompanhar de mecanismos de descentralização.

Quanto ao ensino médio, à época não obrigatório, foi relegado a um segundo plano pelo Ministério da Educação. Não obstante, os limites de investimento dos estados, em um período de crise, esse nível de ensino nesses anos mais do que dobrou sua oferta de vagas, passando de 3,8 milhões (1991) para 8,2 milhões (2000). Com vistas à melhoria do ensino médio entre 1997 e 1999 o MEC instituiu os Parâmetros Curriculares Nacionais – (Brasil, 1999), que enfatizavam, no processo pedagógico, estímulos às competências, temas considerados sob ótica de transversalidade, e às posturas plurais e flexíveis (Faleiros, 2005, p.). A reforma entrou em vigor em 1999 e buscou atender, no ensino médio, a todos os alunos egressos do ensino fundamental e aos jovens adultos que desejassem dar

continuidade a seus estudos. A implantação encontrou dificuldades nos sistemas de ensino de estados e municípios presos a paradigmas anteriores.

Criou-se, em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mecanismo de avaliação das competências e habilidades desenvolvidas pelos estudantes ao terminarem a educação básica.

O conjunto de ações voltadas à educação básica evidencia a intenção de o Governo Federal romper, segundo sua visão, com um modelo educacional que não mais corresponderia às exigências da acumulação flexível de reestruturação social.

Apesar das intenções de mudanças as políticas obedeciam a uma lógica voltada à necessidades pontuais e imediatas do mercado de trabalho. Multiplicam-se cursos de reciclagem, atualização e aperfeiçoamento, entregues prioritariamente às empresas privadas. O Censo da Educação Profissional de 1999 (Brasil, 1999) apontava para o nível básico (cursos básicos que são abertos a qualquer pessoa interessada, independente da escolaridade prévia), com um total de 27.555 cursos e 2.045.234 matrículas, o setor privado participava com 87,8% e 86,6%, respectivamente.

O governo FHC, no que diz respeito à educação profissional, partiu do diagnóstico de que a rede federal de ensino técnico era custosa em comparação com o ensino médio regular, centralizada, além de ter sido capturada pelas classes médias que viam nela acesso à universidade pública. A reforma proposta por FHC, através do Decreto 2.208/1997 (Brasil, 1997), contrária à expansão da rede federal, separou o ensino profissional técnico de nível médio do ensino médio regular, criou diferentes níveis sem progressão obrigatória, culminando em um nível básico de duração variável independente de escolaridade, sem regulamentação curricular; um nível técnico, destinado aos matriculados ou egressos do ensino médio; e um tecnológico, correspondente ao nível superior, destinado aos egressos do ensino médio ou técnico. (Bol. Pol. Soc., 2007, p. 179). No período, foram desenvolvidos programas focais e contingentes na educação profissional.

Em 2001, o Governo propõe o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2001), que busca uma melhoria na qualidade de ensino em todos os níveis, uma redução nas desigualdades sociais e regionais e uma democratização da gestão da educação pública, até 2011, dentro de critérios liberalizantes. As metas do PNE para o ensino médio era o

oferecimento de vagas que, no prazo de cinco anos, corresponderem a 50% e, em 10 anos, a 100% da demanda de ensino médio.

Como legado dos anos 90 e início do século, tem-se a instalação de mecanismos de avaliação e a criação do FUNDEF, que facilitou o processo de municipalização do ensino, com modesta participação de recursos federais. Aos problemas acumulados do passado somaram-se autorizações quase desenfreadas de cursos profissionalizantes pontuais de caráter privado sem maiores controles e a estagnação deliberada de investimentos na rede de ensino profissional federal. No que diz respeito ao ensino médio regular, é nesse nível que houve preocupação real em adequá-lo ao processo de reestruturação dentro dos parâmetros civilizacionais do toyotismo como cultura dominante da acumulação flexível, cabendo à rede privada a criação de cursos técnicos pontuais, destinados às necessidades imediatas do mercado. Assim, as políticas permaneceram bem mais no plano das intenções, processo de resto agravado pela crise econômica, preço decorrente das políticas liberais adotadas.

#### **4 Retomada do desenvolvimento, inclusão e educação**

Na conjuntura imediata, correspondente aos governos de Lula (2003-2010), abriu-se uma conjuntura econômica favorável a exportações, com paulatino deslocamento político e econômico para o Hemisfério Sul, combinada a uma concepção de desenvolvimento que articula distribuição de renda e expansão do mercado interno. O processo de acumulação flexível sofre uma inflexão, onde à noção de competitividade somam-se valores de cidadania e inclusão, a noção de público assume novo peso, além do resgate do Estado como protagonista do desenvolvimento e não mais mero coadjuvante do mercado, segundo a ótica liberal.

O arcabouço legal, construído desde a Constituição Federal de 1988, a partir do Governo Lula, vem passando por reformulações e aperfeiçoamentos. No processo de avaliação, busca-se mitigar o dualismo no ensino médio; amplia-se o fundo de manutenção da educação; são criadas oportunidades de acesso à Universidade com o Programa Universidade para Todos e o sistema de cotas; ao final de 2006, criou-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que inclui a educação infantil e o ensino médio, a educação de



jovens e adultos, as modalidades de ensino especial, além do ensino para indígenas e quilombolas. O processo de aperfeiçoamento culminou com a aprovação do Plano de Desenvolvimento da Educação, lançado em 2007, que se propõe a criar uma nova arquitetura educacional, com foco na qualidade da aprendizagem.

O Plano de Desenvolvimento da Educação está relacionado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que visa promover o crescimento econômico com distribuição de renda e redução de desigualdades regionais. Nesse sentido, uma educação de qualidade é essencial ao desenvolvimento de mão de obra qualificada face aos desafios tecnológicos e organizacionais recentes.

O PDE é um conjunto articulado de ações ordenadas em uma concepção sistêmica, com cinco eixos: educação básica, educação superior, educação profissional, alfabetização e educação continuada. Trata-se de um plano executivo, que define estratégias, ações e recursos e supõe um sistema de parcerias entre as entidades federadas, compartilhando competências políticas, técnicas e financeiras.

A partir do PDE, o MEC criou o Plano de Ações Articuladas (PAR) que supõe um conjunto de ações comprometendo os governos federal, estaduais e municipais em ações conjuntas. O Plano tem caráter plurianual, construído com a participação de gestores e educadores locais, considerando diagnósticos de caráter participativo.

O PDE tem como finalidade geral, no âmbito do ensino médio, estabelecer uma rede de escolas públicas sob coordenação do MEC – em regime de colaboração com estados e municípios –, expandir matrículas, criar um padrão de qualidade (para tanto, foi criado um índice de avaliação do ensino médio, o IDEB), promover a reestruturação do modelo pedagógico e do currículo, criar escolas de jovens e adultos voltados ao ensino médio regular, com currículo específico, e EJA para jovens maiores de 18 anos e adultos.

A educação profissional nos anos 90 estava dividida em três níveis: básico, técnico e tecnológico. Os cursos básicos são abertos a qualquer pessoa interessada, independente da escolaridade prévia; os técnicos, desde 1997, eram oferecidos simultaneamente ao ensino médio ou após a sua conclusão, com organização curricular própria; e os tecnológicos são cursos de nível superior. A partir de 2004, o Decreto nº 5.154, retomou a possibilidade de integração entre ensino médio regular e ensino técnico, permanecendo, todavia as demais formas de educação profissional. Abriu-se a possibilidade de reorganização curricular do

ensino médio de forma integrada e polimodal. A título de ilustração, poderiam ter diferentes ênfases, com currículos diversificados (arte-cultura; iniciação científica, educação profissional técnica ou manter uma base curricular corrente).

Quanto à formação de quadros técnicos médios, esta vem sendo promovida desde 2006, com o Plano de Expansão da Educação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Brasil, 2008). Até 2008 a rede federal, segundo dados do Ministério de Educação e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica contava com 36 escolas Agrotécnicas, 33 CEFETs, 32 escolas Vinculadas, uma Universidade Tecnológica Federal e uma Escola Técnica Federal. Em dezembro de 2008 foi sancionada a lei que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), instituindo a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no sistema federal de educação. Os atuais Centros Federais Tecnológicos foram em sua quase totalidade transformados em instituições federais de educação tecnológica (IFETs), organizadas de forma vertical desde a formação inicial e continuada até a pós-graduação. Os Institutos Federais são instituições criadas por agregação. Outras instituições da rede, com exceção da Universidade Tecnológica, decidiram manter a estrutura administrativa sem agregar-se a um Instituto federal. Foram criados 38 institutos, atualmente com 450 campi com abrangência nacional, atuando no ensino médio integrado ao técnico (50% das vagas), licenciaturas (20%) e cursos superiores de tecnologia ou bacharelados tecnológicos (30%), podendo dispor de especializações, mestrados e doutorados profissionais. As novas escolas da rede federal têm um modelo de gestão participativa, levando em consideração os problemas regionais, e integram os institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Esses institutos devem estar compromissados com as demandas locais e regionais onde estão localizados.

O ensino médio no Brasil, a partir da perspectiva das políticas federais recentes, traz como uma inflexão importante o interesse em priorizar esse nível de ensino, bem como em resgatar o ensino profissional, tendo como alternativa o ensino médio profissional integrado. A partir de 2004, o aluno pode cursar, em currículo e matrícula únicos, o ensino médio e o ensino técnico profissional.

Segundo informações do MEC para 2010, as matrículas no Brasil estão distribuídas da seguinte forma: o ensino médio regular (72,9%), o técnico profissional (12,4%) e em números absolutos, que atingiam 85,3% do total de 10.925.067 matrículas. A modalidade

educação de jovens e adultos (13,1%) e o normal e/ou magistério (1,7%) completam as demais etapas.

A educação profissional de nível médio no Brasil experimentou importante expansão na oferta de vagas. Houve aumento de 46,2% no número de matrículas, passando, no período de 2007 a 2010, de 780.162 para 1.140.388 vagas. As vagas públicas no ensino profissional (municipal, federal e estadual) representavam 50,4% (2007) e passaram para 52,2% (2010), isoladamente a dependência federal participava, respectivamente, com 14,1% (109.777 estudantes) e 14,5% (165.355 estudantes). Em 2012, segundo o Censo Escolar da Educação Básica, o total no Brasil de matrículas da educação profissional média (âmbito público e privado) foi de 1.362.200, sendo 210.785 no âmbito federal, perfazendo 15,5 %. O Censo da Educação Superior de 2011 tem como total de matrículas no ensino superior (público e privado) 6.739.689; sendo do ensino tecnológico (público e privado) 870.534. Caso se considere as matrículas federais no âmbito tecnológico essas perfazem apenas 68.184, o que equivale a 7,8% das matrículas dessa modalidade de ensino superior.

Os estudantes egressos dos IFETs têm alcançado bom retorno quanto a sua inserção no mercado de trabalho, pois a pesquisa nacional de egressos dos cursos técnicos da rede federal de educação profissional constatou que 72% dos egressos, entre 2003 e 2007, estão empregados.

A crescente consciência da necessidade de elevar o nível de qualificação do ensino básico e de preparo mais direto para o mercado de trabalho, e não necessariamente nas áreas mais avançadas da economia, ficou evidente quando bastou um crescimento econômico mais consistente para que se constatasse a fragilidade e/ou carência de mão de obra em setores tradicionais como construção civil por exemplo. Mas não só nesse nível, igualmente há carência em áreas de nível superior como engenharias.

O lançamento, nos primeiros meses de 2011, de dois instrumentos como o Plano Nacional de Educação (PNE), para 2011-2020 ora em tramitação no Congresso Nacional, e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) estão em sintonia com o arcabouço construído na área educacional e na busca de profissionalização dos trabalhadores e da população jovem desassistida pelas políticas públicas de longo prazo.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) tem como objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores (Brasil, 2011) assumindo um caráter de política pública de Estado.

O PRONATEC visa formar mão de obra qualificada por meio de capacitação técnica e profissional de alunos do ensino médio, beneficiários do Bolsa Família e reincidentes do seguro desemprego.

O PRONATEC também prevê linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o setor empresarial oferecer cursos de formação técnica a seus trabalhadores através do Sistema S. Além disso, recursos orçamentários do MEC e do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) complementam os recursos que serão incorporados ao programa. (Pronatec..., 2011).

As vagas do Pronatec até recentemente eram disponibilizadas apenas pelos IFETs, escolas públicas estaduais e pelo Sistema S. Em 2012, o PRONATEC dispunha de 30% do orçamento da educação profissional do MEC, e desde outubro 2,5 milhões de vagas, 1,3 milhão estavam na conta do Sistema S ligado à entidades empresariais, além de contar com dotações extras do Banco Nacional de Desenvolvimento para compra de equipamentos, reforma e construção de novas escolas do Sistema S. A partir do semestre do ano corrente, instituições privadas de ensino superior e técnico poderão também aderir ao PRONATEC.

Há promessas para 2014 de se atingir a meta de 8 milhões de vagas, sendo o investimento planejado de 5,2 bilhões de reais.

Segundo especialistas há riscos quanto à efetividade pedagógica e social do modelo adotado, pois 70% das matrículas são de cursos de curta duração com carga média de 160 horas e baixa exigência de escolaridade. Nesse sentido, o PRONATEC atende às necessidades apontadas por estudos empresariais de se ter até 2015 mais de 7 milhões de técnicos e profissionais de nível médio em mais de 150 atividades.

## **5 Considerações finais**

A reconsideração da importância do ensino médio e profissional nos dois últimos decênios revela como vem se dando, em última instância, o processo de transição para uma

economia fundada na acumulação flexível e o novo tipo de quadros técnicos necessários. Todavia, deve-se examinar *cum granus salis* essa tendência.

A partir de 1930, as políticas deliberadas de industrialização passam a exigir a formação de um mínimo de educação dentro dos parâmetros do taylorismo/fordismo. Tal quadro persiste pelo menos até o esgotamento do chamado fordismo-periférico, sob forma de um Estado desenvolvimentista em meados dos anos 70. Há crescimento vertiginoso das matrículas iniciais no ensino fundamental predominante público, o governo federal esboça a formação de uma rede própria de ensino profissional e acelera programas de formação profissional em função do “Milagre Econômico” (1968-1973). Os estados federados, em comparação com o governo central possuem redes com maior oferta de vagas no ensino técnico. O empresariado constitui a partir dos anos 40 serviços próprios de qualificação profissional. Esse patamar revelou-se relativamente compatível com o grau de desenvolvimento e a base técnica do fordismo.

A crise do desenvolvimentismo plenamente perceptível, e parte de uma crise de esgotamento da acumulação fordista em escala internacional nos anos 80, recolocou o debate sobre os caminhos do desenvolvimento e a necessidade de se revisar o papel do Estado e se reestruturar as bases técnicas e organizacionais do fordismo periférico. Em que pese a crise econômica, os impasses em torno do processo de democratização e as políticas estatais praticamente erráticas, ocorreu a continuidade de expansão das matrículas no ensino fundamental, além de o ensino médio, como um todo, começar a assumir novos patamares.

Os anos 90 são os anos de reestruturação do processo produtivo de forma mais intensa, sob novas bases técnicas, em particular, o avanço, da informática, e de redução do papel do Estado, dentro do que se denomina acumulação flexível sob viés liberal. O desenvolvimento está calcado em uma nova forma de organização do trabalho no qual se exige um trabalhador pautado pela flexibilidade funcional, polivalente, o que provoca nessas condições, redução de postos de trabalho e precarização dos contratos de trabalho. A base para a formação de quadros está dada pela expansão do ensino fundamental (e que atinge praticamente a universalização ao final dos anos 90) e pela crescente importância que assume o ensino médio, dada a base técnica mais complexa. A redefinição dos parâmetros curriculares e o estabelecimento de metas e métodos de avaliação evidenciam

essa preocupação. Para o ensino profissional há uma clara opção de que caberia ao mercado formar quadros. A opção é, portanto, nesse âmbito, por soluções pontuais e contingentes.

A conjuntura econômica favorável, a partir de meados dos anos 2000 somada a um projeto político voltado ao desenvolvimento do mercado interno, com políticas de redistribuição de renda e maior presença do Estado provocou a revisão do projeto liberal.

A partir deste momento, abandona-se o viés predominantemente privatista. Tenta-se uma visão mais orgânica na relação com os entes federados (estados e municípios) e procura-se configurar políticas que integram de forma planejada as relações entre o governo federal, estados e municípios. Essa posição é observável na implementação do PDE. Os fundos públicos para a educação são ampliados, em especial o FUNDEB, que passa a abranger toda a educação básica. Aperfeiçoam-se os mecanismos de avaliação da educação. A partir de 2004, cria-se a possibilidade do ensino médio integrado e polimodal.

As políticas federais nos últimos anos relativizam, em certa medida, o projeto liberal, cria alternativas de reorganização da rede pública de ensino profissional através dos IFETs, articulado ao desenvolvimento regional e local. Além disso, o Governo Federal estabelece uma política de apoio institucional e material às escolas profissionais estaduais. Porém, premido por urgências de formação de quadros médios abriu espaços consideráveis à expansão de vagas, com forte apoio, às entidades privadas, seja do Sistema S ou de grupos empresariais como se vê na expansão do PRONATEC, reforçando, a fragmentação do ensino profissional voltado a interesses imediatistas, que cobrarão seu preço na formação de quadros qualificados tão necessários à autonomia nacional. A revolução do ensino profissional, propugnada pelos defensores dos IFETs esbarrou, portanto, em tendência conservadora de longo curso, vinda desde os anos desenvolvimentistas.

Em síntese, observa-se a passagem para políticas públicas educacionais concertadas em diferentes esferas governamentais e privadas, tendo em vista um projeto de desenvolvimento cujo sentido ainda está indefinido e que já esboça sinais de insatisfações quanto ao seu futuro, com bem evidenciou a forte presença estudantil nas manifestações recentes de junho.

## Referências

*Boletim Políticas Sociais: acompanhamento e análise*. Brasília: IPEA, n. 15, mar. 2008  
Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

*Boletim Políticas Sociais: acompanhamento e análise*. Brasília: IPEA, n. 20, mar. 2012  
Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

*Boletim Políticas Sociais: acompanhamento e análise*. Brasília: IPEA, n. 19, fev. 2011  
Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

Brasil. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 23 dez. 1996a. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 04 mar. 2011.

Brasil. *Lei nº 9.424, de 24.12.1996* - Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 26 dez. 1996b. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 04 mar. 2005.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. A expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica. Brasília: MEC/SEMTEC, 2010. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

Brasil. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Resumo Técnico – Censo Escolar 2010* (versão preliminar). MEC/INEP, 2010. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

Brasil. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo Escolar 2012*. MEC/INEP, 2013. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 maio. 2013.

Brasil. *Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 18 abr. 1997. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/DF2208\\_97.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/DF2208_97.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2011.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999. 4 v. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

Brasil. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001: Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 10 jan. 2001. Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br/prolei/>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

Brasil. Ministério da Educação. *Plano de expansão da educação da rede federal de educação profissional e tecnológica: Fase II*. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Um modelo em educação profissional e tecnológica*. MEC/SEPTEC. 2010. Disponível em: [www.ifrs.edu.br](http://www.ifrs.edu.br) Acesso em: 15 jan. 2011.

Brasil. *Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC* altera as Leis n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, n. 8.121, de 24 de julho de 1991 e n. 10.260, de 12 de julho de 2001. Disponível em: <http://pronatecportal.mec.gov.br/pronatec.html> Acesso em: 02 ago. 2011

Brasil. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Sinopse Estatística da Educação Básica – Censo escolar 2001 a 2012*. MEC/INEP, 2013. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 30 jan. 2013.



Brasil avança na educação técnica, mas foco é curso rápido. Disponível em:

<http://www.unicamp.br/unicamp/clipping/2013/03/22/brasil-avanca-na-educacao-tecnica-mas-foco-e-curso-rapido> Acesso em: 24 mar. 2013.

Especialistas alertam para apagão de mão de obra em alguns setores, *Jornal Nacional/Rede Globo*. Edição do dia 18 de fev. de 2011. Disponível em:

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/02/especialistas-alertam-para-apagao-de-mao-de-obra-em-algum-setores.html> Acesso em: 10 jun. 2011.

Falleiros, Ialê (2005). Parâmetros curriculares nacionais para a educação básica e a construção de uma cidadania. In: Neves, Lucia Maria Wanderley (org.) *A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*, São Paulo, Xamã, 2005

Monteiro, Viviane (2011). Assessor da Unesco defende a busca de novas fontes de recursos para educação. IN: JC e-mail 4350, SBPC, 23 de set. de 2011. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=79402> Acesso em: 26 de set. 2011

Néri, Marcelo. A educação profissional, *Jornal Valor*, São Paulo, 25 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.forumeja.org.br/to/node/157> Acesso em: 10 jun. 2011.

Neves, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*, São Paulo: Xamã, 2005.

No Brasil, curso superior eleva salário em 156%, *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 de set. 2011, In: JC e-mail 4342, de 13 de Setembro de 2011. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=79241> Acesso em: 15 set. 2011

Otranto, Celia Regina. A política de educação profissional do Governo Lula: novos caminhos da educação superior Disponível em:

<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CDUQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.anped11.uerj.br%2FGT11-315%2520int.pdf&ei=NGcNUoW0GovS9gTJpYGACQ&usg=AFQjCNFor-unmTquloTXa-bCkuKZa3aU6A&sig2=b7StVMEG4FYUjJG9B-gTTQ&bvm=bv.50768961,d.eWU>

Acesso em: 12 jan. de 2013.

Otranto, Celia Regina. Criação e implantação dos institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs). Disponível em:

<http://www.ufrj.br/SEER/index.php?journal=retta&page=login&source=%2FSEER%2Findex.php%3Fjournal%3Dretta%26page%3Duser%26op%3DauthorizationDenied%26message%3Duser.authorization.restrictedSiteAccess>

Acesso em: 19 maio 2013.

Pacheco, Eliezer. Uma revolução na educação profissional. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26 dez. 2008, p. 19.

Pacheco, Eliezer M., Pereira, Luiz Augusto Caldas, Domingos Sobrinho, Moisés. Educação Profissional e tecnológica: das escolas de aprendizes artífices aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Disponível em:

[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.fucapi.br%2Ftec%2Fimagens%2Frevistas%2F001\\_ed016\\_educacao%2520profissional\\_Tec.pdf&ei=qGgNUuW6GJHK9QSt7IHAAw&usg=AFQjCNHxP8KLVeZVmdg7MgAbY\\_fsIz2XWA&sig2=09cebVSPGubGtRimcIfFOg&bvm=bv.50768961,d.eWU](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.fucapi.br%2Ftec%2Fimagens%2Frevistas%2F001_ed016_educacao%2520profissional_Tec.pdf&ei=qGgNUuW6GJHK9QSt7IHAAw&usg=AFQjCNHxP8KLVeZVmdg7MgAbY_fsIz2XWA&sig2=09cebVSPGubGtRimcIfFOg&bvm=bv.50768961,d.eWU)

Acesso em: 15 mar. de 2013.

Paiva, Vanilda (2005). Educação brasileira: errar é um luxo que já não nos podemos permitir In: Castro, Ana Célia et al. (orgs.) *Brasil em Desenvolvimento*, Instituições, políticas e sociedade, v.2 , Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005

Pompermeyer, Fabiano M. et al. Potenciais gargalos e prováveis caminhos de ajustes no mundo do trabalho no Brasil nos próximos anos. *Radar*, Brasília: IPEA, n. 12, fev. 2011

Pronatec pode virar medida provisória. JC e-mail 4306, de 22 de julho de 2011. *Valor Econômico*, SBPC. Disponível em:

<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=78507> Acesso em: 24 jul. 2011.

Santagada, Salvatore. A educação profissional técnica de nível médio no Brasil e no Rio Grande do Sul, *Carta de Conjuntura FEE*, Porto Alegre, Ano 18, n. 7, p. 2, jul. 2009

Santagada, Salvatore. *Informações estatísticas sobre o ensino profissional técnico de nível médio no Brasil e no Rio Grande do Sul*, Núcleo de Indicadores Sociais, FEE, Porto Alegre, jul. 2011

Winckler, Carlos Roberto; Santagada, Salvatore. O Fundeb: novos horizontes para a Educação Básica? *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 39-46, 2004.

Winckler, Carlos Roberto; Santagada, Salvatore. Ensino médio e desenvolvimento: um elo frágil. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 36, n. 4, p. 65-78, 2009.

Wermelinger, M., Machado, M. H., Amâncio Filho, As Políticas de educação profissional: referências e perspectivas. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 55, p.207-222, abr./jun. 2007.